VII Seminario Estadual de Estudos Territoriais
II Jornada de Pesquisadores sobre a questão agraria no Paraná

A GEOGRAFIA DAS LUTAS NO CAMPO: APOIO À PRODUÇÃO DE ARROZ ECOLÓGICO E RESGATE DE SEMENTES CRIOULAS NOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA DO NOROESTE DO PARANÁ[1]

Adélia Aparecida de Souza Haracenko
Denis Cereja dos Santos
Julia Marcon Costa
Nathália Prado Rosolém
Pedro Henrique Silveira Brum
Sandra Mara de Oliveira Soares Escher
Zenóbio Sales Pinheiro Júnior

INTRODUÇÃO

"Luta pela terra é a mãe de todas as lutas."
Pe. Naves - CPT/SP.

Este texto é resultado parcial do projeto de pesquisa e extensão intitulado: "A Geografia das lutas no campo: apoio à produção de arroz ecológico e resgate de sementes crioulas como desenvolvimento territorial sustentável dos assentamentos rurais de reforma agrária do Noroeste do Paraná", cujo desenvolvimento tem sido feito ali pelos autores[2]. Esta região agrega três das trinta e nove Microrregiões Geográficas que o Estado do Paraná contempla:

[1] Este texto é resultado de um projeto de pesquisa e extensão desenvolvido no Departamento de Geografia da Universidade Estadual de Maringá - UEM. O referido projeto está vinculado ao Programa Universidade Sem Fronteiras - USF - da Secretaria de Estado, Ciência e Tecnologia do Estado do Paraná - SETI. Cabe aqui ressaltar que todos os membros da equipe trabalharam e participaram da construção do referido texto. Assim como o projeto possui uma ação coletiva, no texto resultante dele, procuramos trabalhar nos mesmos moldes. Isso justifica a quantidade de autores.

[2] Os autores agradecem a professora Raimone Fagundes pela correção gramatical deste texto.

Umuarama, Cianorte e Paranavaí. Todavia, o trabalho de pesquisa e extensão teve como recorte geográfico a Microrregião Geográfica de Paranavaí, composta por 29 municípios, dos 399 que formam o Estado. O mapa subsequente, representado na figura 1, nos mostra a localização dessa região no Paraná.

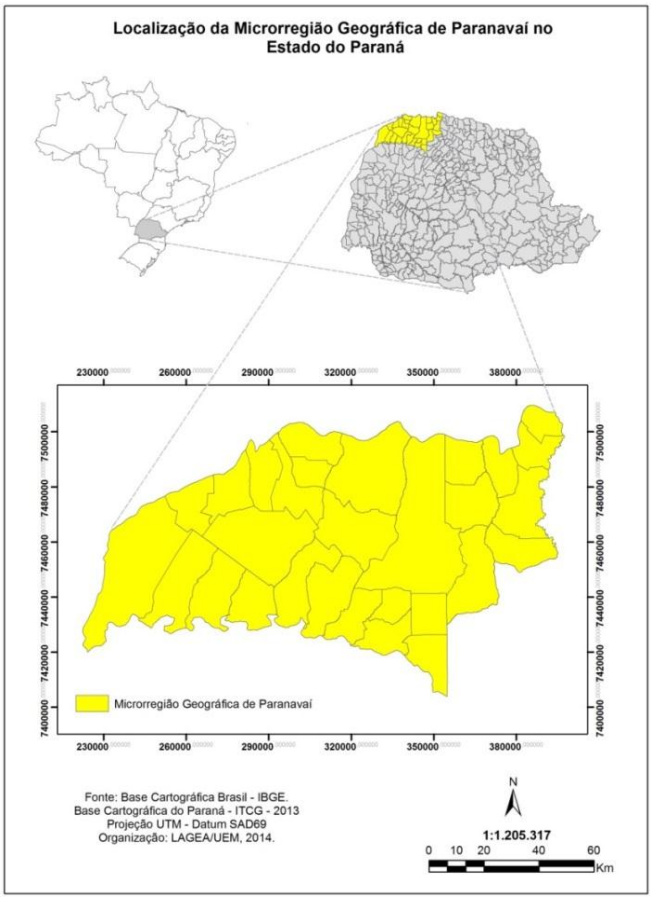


Figura 1 - Localização da Microrregião Geográfica de Paranavaí no Estado do Paraná.

Cabe aqui ressaltar que as ações do grupo vinculado ao projeto orientaram-se no sentido de aliar a pesquisa e a extensão universitária para em conjunto com os camponeses assentados, conhecer as demandas e potencialidades produtivas da região, visando criar e concretizar o Grupo Gestor Inicial do Arroz Ecológico, bem como trabalhar no resgate de sementes, com intuito de fundar entre as famílias assentadas o banco de sementes tradicionais objetivando viabilizar, com isso, possibilidades de produção sustentável, condizente com a realidade vivenciada pelos agricultores.

Desta maneira, o objetivo principal deste projeto é contribuir para fomentar a produção agroecológica entre os assentados da Microrregião de Paranavaí, colaborando no processo de autonomia produtiva em relação às transnacionais detentoras de sementes, fertilizantes e agrotóxicos, pois um dos primeiros lemas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST -, "ocupar, resistir, produzir", se materializa cotidianamente nos desafios de uma produção alimentar pautada em um modelo convencional dependente do uso de agroquímicos e do capital hegemônico. Com o desenvolvimento das ações do projeto e a necessidade de atender às demandas dos assentados, que buscam superar este modelo produtivo, em conjunto criamos a Rede de Agroecologia do Noroeste do Paraná.

No que tange à metodologia de desenvolvimento deste projeto, trabalhamos com grupo de estudos; trabalhos de campo; seminários camponeses e reuniões; e confecção de mapas temáticos. O grupo de estudo serviu para embasar teoricamente a equipe no que concerne à compreensão do processo histórico regional e dos conceitos que sustentam a pesquisa, sendo eles: camponês, agroecologia e rede;

A realização dos trabalhos de campo foi de extrema importância para a equipe, porque ao mesmo tempo em que permitiu o reconhecimento da área abrangida pelo projeto, possibilitou o entendimento da prática cotidiana da agricultura camponesa. Por meio deles levantamos as demandas das famílias assentadas em relação à superação do modelo produtivo praticado, bem como, verificamos possibilidades de ampliação da variedade de cultivares, tanto de espécies alimentícias quanto daquelas destinadas à adubação verde, como forma de construção de autonomia sobre as empresas detentoras dos meios que constituem o processo produtivo.

Os seminários camponeses realizados - sendo 4 no total, até o momento - serviram para que a equipe tivesse o contato direto com os camponeses e aprendessem a forma como acontece o trabalho organizativo deles na busca de seus objetivos. Nos seminários, através dos diálogos envolvendo trocas de saberes foram destacados os problemas e levantados os anseios dos agricultores. Assim, em conjunto, trabalhamos na busca de possíveis soluções para as diversas dificuldades com que os agricultores se deparam no exercício do ato de

cultivar. Diante disto surgiu a ideia da construção da Rede[3] de Agroecologia do Noroeste do Paraná. É importante destacar que, paralelamente aos seminários, realizamos inúmeras reuniões, inicialmente com as lideranças locais do MST e, posteriormente à estruturação da Rede, com o grupo[4] gestor dela.

Sobre a confecção dos mapas - um dos resultados importantes do projeto - podemos dizer que sendo um modelo de comunicação visual, ele é uma representação codificada de um determinado espaço real que utiliza-se de uma linguagem cartográfica. A partir da necessidade de representação da área de estudo do projeto, produzimos mapas temáticos envolvendo desde a localização da região a mapas específicos de características físicas e de elementos que contribuem para a visualização dos assentamentos e lotes envolvidos na rede.

Pretendemos, portanto, trabalhar com algumas vertentes da ciência geográfica para o entendimento do processo de rearranjo produtivo regional - estudando as novas dinâmicas territoriais que ali estão ocorrendo - na medida em que estas nos permite interpretar as ações dos sujeitos envolvidos no processo de produção e de desenvolvimento territorial.

Diante disto, nosso esforço analítico neste ensaio, em um primeiro momento, consiste na discussão de algumas abordagens que envolvem o processo de ocupação regional, então, fazemos um breve contexto histórico-geográfico de como a região foi ocupada pelos povos indígenas. No segundo item discutimos e procuramos contextualizar as implicações da discussão da agroecologia no Noroeste.

Por fim, debatemos no último item a configuração da Rede de Agroecologia no Noroeste como busca de alternativas pelos camponeses assentados para uma agricultura voltada para a produção agroecológica. Nessa busca, a formação de uma rede é uma alternativa encontrada para resgatar saberes tradicionais do ato de cultivar, que podem trazer alternativas de renda para as famílias, soberania alimentar e, ao mesmo tempo o desenvolvimento regional.

---

[3] Os seminários camponeses tem acontecido consecutivamente a cada 2 ou 3 meses. São espaços importantes em que ocorrem o encontro de todos os parceiros envolvidos na rede; ali acontecem as tomadas de decisões referentes aos problemas voltados para a agricultura bem como decisões que competem a continuidade e o fortalecimento da rede.

[4] Esse grupo é composto por um ou dois membros de cada projeto e entidade compõe a Rede de Agroecologia do Paraná e foi escolhido em conjunto no seminário. Sua função é fazer reuniões para discussão das demandas dos agricultores - ocorridas no seminário - e, procurar apoio para possíveis soluções.

1 - ASPECTOS DAS FORMAS DE OCUPAÇÃO DO NOROESTE DO ESTADO DO PARANÁ

Os fatos históricos que marcam essa região, sob o ponto de vista da ocupação, em nosso entendimento passam por três fases: a ocupação feita pelos povos indígenas, a colonização ancorada em migrações internas e, a atrelada à atuação do MST na região.

Isto posto, salientamos que a maior parte do espaço que compreende a atual delimitação do território do estado do Paraná era ocupada por povos indígenas. Tal situação permaneceu inalterada até a chegada dos europeus, por volta de 1501, quando se dá então a disputa pela posse do território brasileiro ocorrida entre portugueses, castelhanos e bandeirantes paulistas. Datam deste período as primeiras investidas europeias na região.

Como estabelecia a linha demarcatória do Tratado de Tordesilhas de 1494, que dividia as terras da América do Sul entre Portugal e Espanha, os espanhóis começaram a estender suas posses para o oeste paranaense e fundaram as primeiras povoações como, por exemplo: Ontiveiros em 1555, pouco acima da foz do Rio Iguaçu, que posteriormente, foi mudada para a foz do Rio Piquiri e passou a chamar-se Ciudad Real del Guairá, e Villa Rica del Espiritu Santu fundada em 1576 na confluência do Rio Corumbataí com o Ivaí.

Esses povoamentos não foram feitos aleatoriamente, foram organizados em pontos estratégicos, pois a coroa espanhola tinha interesses bem definidos, entre eles: subordinação dos povos indígenas e a contenção do avanço das investidas portuguesas para o oeste da linha de Tordesilhas. (DORFMUND, [1972?]).

Entretanto, como os índios não se adaptaram ao sistema que lhes foi imposto, foi necessário que os governantes espanhóis optassem por outras alternativas. Então, a pacificação indígena passa a ser feita pelos padres jesuítas que posteriormente, contrariando os interesses da Espanha de escravizar os índios, fundaram as Reduções Jesuíticas, com intuito de catequizá-los e difundir novos costumes entre eles.

Diante disto, a partir de 1600, os portugueses, juntamente com os bandeirantes paulistas, temerosos da expansão do domínio espanhol, investiram contra as reduções numa guerra sem tréguas, considerada justa. Os bandeirantes colocavam-se no direito de escravizar

os índios. Como precisavam de mão-de-obra e encontravam grandes grupos de índios reunidos incorporados à "civilização", as reduções supririam suas necessidades. Embora, houvesse intensa resistência dos índios e dos jesuítas, as incursões bandeirantes contribuíram para que, em1629, estivesse completamente destruída a obra jesuítica nesse território.

Após a dizimação dessa primeira ocupação regional, numa segunda fase, por volta de 1950[5], ocorre um novo modelo, acompanhado da conjuntura de outro processo histórico, comandado pela entrada do capital, temos então o processo de colonização. Este novo modelo - a colonização do Noroeste do Paraná - é parecido em alguns momentos históricos com aquele que ocorria na região Norte paranaense, considerando a forma utilizada na distribuição das terras, que pertencendo ao Estado, através dos projetos de colonização privados, passam a pertencer a empresas colonizadoras, as quais compete a venda de lotes para pequenos agricultores.

No Norte, onde a atuação da empresa privada CMNP - Companhia Melhoramentos Norte do Paraná - teve fundamental importância, o principal atrativo para agricultores, provenientes sobretudo de Minas Gerais e São Paulo, era a fértil terra roxa, excelente para a produção do café, produto agrícola mais valorizado na época. Com a divisão e venda de praticamente todos os lotes disponíveis na região, era necessário a busca pela colonização de novos espaços, e o Noroeste paranaense era a opção mais plausível.

Porém, os solos dessa região, provenientes da formação do Arenito Caiuá, não tinham a mesma fertilidade dos solos da região Norte, de origem basáltica, o que contribuiu, para que a CMNP não atuasse na comercialização das terras do Noroeste. O modelo de divisão de terras utilizado por essa companhia foi considerado por muitos analistas da época, principalmente aqueles vinculados a ela, um exemplo de eficiência em diversos fatores e continuou a ser empregado no Noroeste por outras empresas que ali atuaram.

[5] É importante ainda citar que na década de 1920, havia no cenário local, a Fazenda Brasileira, administrada por grupos econômicos provenientes do estado de São Paulo. A mesma compreendia uma grande área que era destinada ao plantio do café e chegou a empregar 1200 famílias de trabalhadores rurais em 1929. Porém, devido a diversos fatores, ligados aspectos físico e políticos a fazenda entrou em crise, que atingiu seu ápice no ano de 1942. As terras retornaram ao Estado que teve o papel de decidir o caminho que tomaria a região noroeste paranaense. Sobre este assunto consultar as Teses de Doutorado de Elpídio Serra (1991) e Nelson Dacio Tomazi (1997).

Assim como ocorreu no Norte, o princípio da colonização no Noroeste se pautou nos pequenos lotes, com os colonos plantando para subsistência e pautando-se economicamente no cultivo do café, o que requereu um intenso processo de desmatamento. Juntamente com a derrubada da mata comprometeu-se a biodiversidade regional e os remanescentes de algumas tribos indígenas. Tal desmatamento contribuiu também para desencadear problemas ambientais na região, ante o "pré-conceito" de que mata é atraso e desmatamento é progresso.

O machado e a queimada simbolizaram a maravilha do "progresso" e o imediatismo que presidiu o processo de colonização e a mentalidade dominante gerada pelo capitalismo. Segundo Alcântara e Nosella (1998, p. 52), "O maior agente da derrubada das matas e, consequentemente, da morte de índios e esgotamento da terra que a tudo se segue como consequência inevitável foi, sem dúvida, a cafeicultura".

Ainda nesse contexto histórico de fechamento das frentes pioneiras paranaenses de ocupação, cabe ressaltar que, paralelamente ao processo de colonização desencadeado pelos pequenos agricultores que adquiriam seus lotes de uma colonizadora para plantar suas lavouras de café, aconteciam as lutas de fazendeiros e posseiros, que ocupavam os grandes latifúndios regionais, gerando conflitos e violência no campo, através dos despejos.

As terras da região Noroeste sempre foram motivo de disputa, principalmente entre pequenos agricultores, que desenvolviam uma agricultura fundamentada na subsistência, e grandes latifundiários, amparados muitas vezes por documentações falsificadas e que na maioria dos casos usavam da violência para com os posseiros, argumentando o direito que detinham sobre essas terras. Essas lutas, aliadas a outros fatos históricos, vão desencadear uma nova história da ocupação regional e uma nova territorialidade, esta resultante dos movimentos sociais de luta pela terra.

A partir de meados da década de 1980 a Região Noroeste do Paraná passa por uma "fase moderna" de ocupação, vinculada agora ao contexto histórico paranaense de luta pela terra liderada pelo MST. A partir dessa década, as constantes ocupações, os vários conflitos envolvendo fazendeiros, governo do Estado e MST vão rearranjar a Região Noroeste no que se refere uma reforma no contexto agrário. Os constantes conflitos contra os agricultores foram fatos que contribuíram para que o processo de reforma agrária caminhasse na região, visto que muitos grupos de assentamentos já eram excedentes de outras regiões do Estado.

Com a implantação dos projetos de assentamento, a partir da década de 1990, estão intimamente relacionados os problemas ambientais já existentes como resquícios do passado, como se pode depreender dessa afirmação: "As áreas onde estão estabelecidos os assentamentos, na maioria das vezes são marginais para a agricultura e/ou já sofreram a exploração da madeira de maior valor comercial, degradação dos solos e poluição das águas. Não foram os sem-terra que devastaram as florestas do Paraná". (MOVIMENTO..., 2002).

Estes impactos ambientais estiveram na pauta de discussão de grande parte dos camponeses assentados do Noroeste do Paraná, durante o período de desenvolvimento de suas culturas. O primeiro grande desafio durante os primeiros anos dos assentamentos foi encontrar tecnologias e manejo de solos adequados e como cultivar um solo arenoso já degradado e suscetível à erosão. Trabalharam para prevenir os processos erosivos e procuraram resolver ao longo dos anos os problemas das reservas florestais nos lotes. Outro fator importante a ser destacado é que, muitas vezes, esses impactos foram encarados por alguns assentados como sérios e prioritários na melhoria do desenvolvimento regional. A discussão da problemática socioambiental dentro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é percebida:

> Por entender que o conceito "sócio-ambiental" é mais adequado que simplesmente "ambiental", sendo o ser humano, como já dissemos, elemento principal, mas como parte intimamente ligada com os elementos vivos ou não da natureza, o MST tem buscado desenvolver novo modelo para os assentamentos, buscando contemplar a lógica da sustentabilidade econômica, social, ambiental, cultural e política. Intimamente ligado com este entendimento de "ambiente" ou "sócio-ambiente", está o entendimento de educação ambiental, que termina, em consequência, indo além do aspecto ambiental, mas resultando numa concepção de educação que seja crítica e desalienadora. E essa educação não se faz somente em aulas ou oficinas, mas tem que se traduzir em ações concretas. A pedagogia do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é a pedagogia do "movimento", isto é colocar as pessoas em movimento, envolve-las em ações e responsabilidades. (MOVIMENTO..., 2002).

Neste sentido, já é premente o debate e experiências de um novo modelo de agricultura em muitos lotes dos assentamentos do Noroeste. Neste novo modelo os camponeses têm procurado privilegiar o convívio e participação social, através de projetos que desenvolvam diversas formas de organização de uma nova e ao mesmo tempo "velha matriz produtiva" -

aquela já praticada anteriormente ao uso dos agrotóxicos, que na atualidade entra na discussão da agroecologia - pois muitos camponeses têm compartilhado da teoria e da prática de que é preciso mudar a consciência dos indivíduos juntamente com o meio em que vivem porque, em última instância, é o meio e a prática social que condicionam a consciência social e, portanto, é preciso mais que palavras no processo educativo transformador, a práxis é o caminho. Os camponeses estão de posse do entendimento que é preciso plantar e colher de forma que tenham em "suas mãos" o controle das sementes para que possam contribuir no processo regional de soberania alimentar.

2 - DISCUTINDO E PRATICANDO A AGROECOLOGIA NO NOROESTE DO PARANÁ - MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE PARANAVAÍ

A partir da década de 1940, modificaram-se as relações de produção e consumo impulsionadas pelo processo de globalização das técnicas e aspectos desenvolvimentistas impostos pelos grandes detentores do capital. As inovações tecnológicas na agricultura iniciam-se no Brasil ao final da década de 1960, tomaram força no início de 1970 e se consolidaram com grande êxito no Brasil de uma forma geral.

Esta nova forma de produção se caracterizou pelo conjunto de técnicas produtivas e uma série de lógicas baseadas na química, mecânica e genética. Alguns autores, como por exemplo, Van de Ploeg (2008), chamam este processo de artificialização da agricultura, já que leva em consideração o domínio total da natureza pelo homem, os aspectos referentes aos biomas e os ciclos produtivos dos sistemas naturais são menosprezados e acredita-se que as variáveis biológicas podem ser controladas pela atuação humana por meio das técnicas e lógicas de produção.

Esta grande transformação na forma de se produzir no campo foi considerada uma das maiores revoluções na agricultura, posteriormente, veio a ser chamada de Revolução Verde. As característica que formaram este grande conjunto de práticas provenientes do pacote tecnológico implementado por esta "revolução" inclui cultivo intensivo do solo, grandes áreas para a monocultura, utilização de fertilizantes sintéticos, alteração genética de plantas e controle de doenças e pragas com agrotóxicos. Este modelo produtivo contribuiu para ampliar

os conflitos no campo, comprometer questões ambientais, também levou à homogeneização das práticas produtivas e a simplificação e artificialização do ambiente.

Diante disto não há dúvida que o avanço da técnica trouxe uma sociedade nova, mas não resolveu seus conflitos étnicos, de classe e de gênero, inclusive os tem acentuando. A produção agrícola tecnificada expulsou o homem do campo e alterou todo o processo de produção e circulação da mercadoria resultante da agricultura. Sem condição de competir, o camponês torna-se parte - embora importante - de um ciclo produtivo, baseado nos moldes capitalistas, do qual tem pouco poder de decisão. E esta situação só é flexibilizada, mediante lutas para a consolidação de políticas públicas que abarque a pequeno produtor.

Para Machado (2014) as ideias para o campo brasileiro associadas a Revolução Verde foram implantadas no Brasil nas décadas de 1950/1960 e tem como seu sucedâneo o atual modelo do agronegócio, que propõe uma produção agropecuária intensiva com monoculturas de produtos destinados à exportação e ao agrocombustível, destacando-se o desempenho das empresas transnacionais na produção e comercialização de sementes, usurpando dos camponeses o uso de um recurso milenar.

Com a substituição das variedades de cultivares tradicionais locais pelas variedades modernas, acompanhadas das práticas desenvolvidas pela agricultura dita moderna, a sociedade assiste à perda da diversidade genética, culminando em poucos tipos de cultivos e poucas variedades. Os efeitos dessa manobra tocam fundamentalmente em três pontos: a extinção de variedades homogeneizando padrões alimentares mundiais; o controle pelo grande capital do ciclo produtivo e a impressionante capacidade adaptativa de pragas e doenças nas plantas.

Nesse sentido vai ocorrendo um ciclo de dependência, em que empresas transnacionais controlam a produção e o comércio de sementes chamadas “melhoradas”, visando a uniformidade fenotípica, porém desta maneira eliminam-se as resistências naturais e aumenta a vulnerabilidade da cultura, criando-se a dependência do agrotóxico. As indústrias dos agrotóxicos são as mesmas que controlam o “melhoramento”, a produção e a comercialização das sementes (Machado, 2014).

Diante deste quadro, fica clara a necessidade de que se promovam ações que contraponham o agronegócio e solucionem os problemas criados por essa “revolução verde” a

partir de processos produtivos eficientes que promovam um modelo de agricultura que tenha um contraponto a este modelo convencional, imposto por um ideário capitalista e passe a ter como meta a agroecologia.

A partir da década de 1990, o termo "agroecologia", ganha força e começa a se afirmar conceitualmente e metodologicamente nos discursos acadêmicos e também no campo. Esta abordagem relacionada ao conceito tem se consolidado significativamente pelas organizações da sociedade civil, e também pela trajetória de críticas aos impactos sociais e ambientais provocados pela modernização da agricultura brasileira. Entretanto é nos movimentos sociais do campo que esta resistência contra uma agricultura pautada no uso intenso de agrotóxicos tem materializado, e tem sido na busca pela quebra da hegemonia de produção que a agroecologia funda suas raízes.

Diversos são os atores no processo de consolidação da agroecologia, desde aqueles ligados às bases científicas àqueles que possuem conhecimentos populares, assim os diferentes saberes tem construído o projeto de agroecologia como uma ferramenta social baseada nos sistemas de produção agrícolas pautados em uma perspectiva de sustentabilidade, buscando a ampliação da utilização de técnicas menos abrasivas ao ambiente. Também, desta maneira, Schimitt (2009), argumenta que a autonomia dos agricultores familiares merece destaque pela gestão coletiva dos recursos naturais e que esta relação configura um dos componentes fundamentais para a continuidade e radiação das iniciativas de propostas de agroecologia.

Segundo Machado (2014, p.35), "a agroecologia apropria-se dos imensos progressos da ciência e da tecnologia dos últimos 50 anos que se conformam em técnicas produtivas com a incorporação das questões sociais, políticas, culturais, ambientais, energéticas e ética". Muitos são os pilares da agroecologia que permanecem sustentáveis ao longo do tempo e do conhecimento cientifico disponível.

Altieri (2002) elenca os motivos da necessidade de valorização da agricultura familiar camponesa, afirmando que esta promove a segurança alimentar mundial e a agrobiodiversidade - principalmente sob forma de policultivos, sistemas agrosilvipastoris, microorganismos fixadores de nitrogênio, e insetos benéficos, como predadores e polinizadores -, pois é mais produtiva e conserva mais os recursos naturais do que as grandes monoculturas, fornecendo modelos de sustentabilidade e resfriando o clima. As propriedades

policultoras são mais produtivas do que as monocultoras, justamente porque se considera toda a gama de produtos, cujos preços são compensados entre si.

Policultivos também têm maior capacidade de resiliência, atendem ao consumo familiar e ao mercado, valem-se da ciclagem de nutrientes, o que exige pouco aporte de energia, imitam processos ecológicos naturais, como sucessão, mutualismos e consorciamentos para evitar a dependência de insumos químicos. Esta última prática, se refere ao plantio conjugado de espécies de plantas de interesse econômico ou não, é sobremaneira interessante, já que se verifica nestes sistemas maior resistência a insetos-praga, seja por alteração do padrão visual, repelência ou oferta de alimento para estes que não seja a cultura principal.

Ressaltamos também o maior dinamismo econômico em localidades nas quais predominam pequenas propriedades policultoras, pois elas demandam maior quantidade de mão-de-obra, sobretudo familiar. Portanto, a diversificação produtiva é uma importante ferramenta para que pequenos agricultores convivam com os riscos econômicos envolvidos na produção. Ademais, pequenos incrementos na produtividade de pequenas propriedades policultoras aumentariam a disponibilidade local de alimentos, sem passar por modificações genéticas em sementes ou profundas alterações tecnológicas.

A agricultura familiar camponesa é o santuário de reserva das sementes tradicionais, que são variedades mais heterogêneas e com maior resistência as pragas, doenças e secas, além de contribuírem para evitar a extinção de espécies de baixo interesse comercial. Toda essa discussão sobre as benesses sociais e ambientais da agroecologia tem permeado nossas práticas conjuntas na conformação de um cenário de fortalecimento e expansão da Rede de Agroecologia do Noroeste do Paraná, voltada para famílias que vieram de processo de luta pela terra e que se encontram hoje com grandes desafios e possibilidades de produção.

3 - A CONFIGURAÇÃO DA REDE DE AGROECOLOGIA DO NOROESTE

Os assentamentos do Noroeste do Paraná foram instalados, em sua grande maioria em terras que não cumpriam sua função social, e também naquelas degradadas pelo processo erosivo facilitado pelo solo arenoso e pelo monocultivo com produção sustentada por agroquímicos. Igualmente, o modelo adotado para a produção agrícola nos assentamentos

promovidos pela reforma Agrária no Noroeste do Paraná - salvo algumas exceções - foi baseado no pacote tecnológico influenciado pelo modelo da Revolução Verde, já que os camponeses nos anos de 1990, precisaram - tão logo assentados - se inserir no ciclo produtivo, gerar renda que lhes garantisse a permanência na terra.

Evidentemente, a criação de assentamentos rurais é parte do processo de transformação local, pois visa uma estratégia de desenvolvimento socioeconômico e ambiental, contudo, dependendo do modelo tecnológico adotado pode-se ter impactos ambientais, sociais e políticos negativos em longo prazo. Assim, uma considerável parte dos assentados ao longo do tempo, foram procurando outras alternativas de produção.

Como ocorre com os agricultores não assentados, é enorme a pressão do sistema produtivo e mercadológico pelo cultivo de produtos transgênicos e pela agricultura convencional, todavia, propostas de produção ecológica têm surgido nos assentamentos da região em estudo, e com esse intuito, temos trabalhado na construção da Rede de Agroecologia dessa região. Cabe salientar que atualmente, os maiores expoentes de produção dos lotes dos camponeses assentados envolvidos na rede de agroecologia são: arroz, leite e hortaliças.

Essa rede se materializou a partir do projeto já nominado na introdução desse texto. Nossa premissa de trabalho pautou-se inicialmente pela delimitação do território de ação - assentamentos do Noroeste do Paraná -, em seguida acionamos entre os assentados aqueles que previamente sabíamos que estavam interessados na proposta agroecológica e posteriormente realizamos seminários a fim de divulgar o projeto e receber demandas de um grupo maior de assentados.

Cabe ressaltar que no princípio tínhamos como proposta no projeto, trabalhar somente com os assentamentos dos municípios de Santa Cruz do Monte Castelo e Querência do Norte, entretanto, logo na gênese de sua aplicação, a área de atuação expandiu-se para outros assentamentos da região, tendo em vista a aspiração de alguns assentados dos municípios de Terra Rica, Planaltina do Paraná, Amaporã e Paranacity de praticarem uma agricultura baseada em princípios agroecológicos.

Com isso, foi realizado o primeiro Seminário Camponês, no qual foi criada a Rede de Agroecologia. Nele estavam presentes a equipe do projeto, os camponeses e algumas

entidades de assistência técnica e extensão rural. Também foram delimitados quais seriam os agricultores partícipes da ideia do projeto, que seria o resgate de sementes tradicionais e o grupo gestor do arroz ecológico. O passo seguinte foi a realização do segundo Seminário Camponês, no qual foi consolidado a rede e balizadas quais seriam as ações a serem executadas por cada um dos sujeitos envolvidos na rede.

Dito isto, passemos doravante a entender em qual sentido a rede aqui se constitui. É fato notório que muitas são as representações para a ideia de rede na contemporaneidade e, muitas são as suas representações associadas pelas Ciências Humanas pois a face do mundo na atualidade está conectada em rede, tais redes permitem o fluxo das atividades humanas e, consequentemente o seu desenvolvimento.

Entretanto, é na ideia de rede social que estamos nos pautando, embora saibamos que a noção de redes tem suas raízes conceituais edificadas nas ciências sociais a partir de perspectivas muito diversificadas. No caso do Noroeste do Paraná, trabalhamos com grupos de famílias assentadas que formam coletivos, estes, por sua vez, formaram a rede de agroecologia baseado na proximidade e nas suas relações de conhecimento, pois as trocas de sementes que é o suporte de funcionamento da organização em rede, tem ocorrido através das parcerias que há entre os sujeitos vinculados a ela. Portanto, trabalhamos com o conceito de rede definido como o conjunto de relações sociais entre os camponeses assentados. Tem sido nessas afinidades, que a troca de saberes e de experiências agroecológicas surgem.

Diante dos problemas causados pela prática agrícola na região, identificamos duas frentes de trabalho a partir das potencialidades locais das culturas ali praticadas e dos interesses dos agricultores, sendo elas: a organização do Grupo Gestor Inicial do Arroz Ecológico; e o trabalho junto aos camponeses pelo resgaste de sementes, com pretensão de fundar entre as famílias assentadas o banco de sementes crioulas.

Para essa tentativa de resgaste de sementes chegamos à conclusão que deveríamos implantar Unidades Demonstrativas - UDs, com o intuito de plantar e experimentar cultivares alimentícios e de adubação verde, que possam se adequar às condições locais, além de representarem autonomia das sementes destes cultivares para as famílias a médio prazo. Algumas famílias camponesas identificaram o milho como uma planta estratégica neste

sentido, pois ela é a base alimentar tanto da família quanto dos animais criados para seu sustento.

Em relação ao Grupo Gestor Inicial do Arroz Ecológico, seu propósito é consolidar-se como um grupo que procura demonstrar aos agricultores que há possibilidade de outras alternativas para produzir o arroz irrigado no município de Querência do Norte, pois a realidade dos assentamentos Pontal do Tigre, que possui 326 famílias assentadas e Che Guevara, com 70 famílias, ambos localizados neste município é de predomínio do cultivo convencional do arroz irrigado. Este é apontado como uma cultura que vem causando impactos negativos ao ambiente, exigindo altos investimentos e, como resultado, a atividade não tem produzido retorno capaz de cobrir os custos da lavoura, havendo um endividamento crescente e um déficit ambiental. Os assentamentos citados também estão inseridos na Área de Proteção Ambiental das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná, o que é mais um impulsionador para que os agricultores busquem uma matriz produtiva alternativa ao sistema convencional de arroz irrigado.

Todavia, este processo de transição de um modelo de agricultura que esteve alicerçada na agricultura praticada há anos na região para outro com bases ecológicas não é tarefa simples. Tal processo de mudança - através da rede para uma agricultura agroecológica - tem assumido uma dimensão regional, ou seja, a ideia é abarcar todos os assentamentos do Noroeste do Paraná. Assim, essa rede passa a ser então a célula central da articulação de propostas capazes de exercer maior influência sobre os processos produtivos dos assentamentos possibilitando estabelecer uma coerência interna regional através da organização que conta com a participação ativa de seus atores, sendo eles: universidade, camponeses e entidades de assistência técnica rural. Neste sentido, com a configuração da Rede de Agroecologia do Noroeste, nosso intuito, trabalhando em conjunto é concretizar uma agricultura agroecológica nesta região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do desenvolvimento deste projeto, podemos considerar que o trabalho de criação da Rede de Agroecologia tem se pautado no apoio à produção de arroz ecológico e também

no resgate, junto às famílias agricultoras, de sementes tradicionais nos assentamentos de reforma agrária. Então, como proposta de embate ao modelo convencional excludente de produção, temos procurado contribuir para que os assentados trabalhem, na busca de métodos e técnicas alternativas que minimizem os aspectos predatórios de produção, resgatando tecnologias de conhecimento popular que considerem a implantação de modelos produtivos com bases ecológicas de manejo.

Esta rede, com o intuito de difundir o modelo agroecológico, é uma constante construção. Os diferentes atores envolvidos pretendem encontrar técnicas de manejo e outros mecanismos ecológicos adequados às condições físicas e sociais da região estudada, visando tornar a agroecologia acessível e viável a um grande número de famílias agricultoras.

Acredita-se, assim, que a prática permanente de uma agricultura de processos agroecológicos na Microrregião Geográfica de Paranavaí - terra de reforma agrária sobre arenito - promova soberania alimentar, geração de renda e conservação ambiental. Para tanto, é fundamental que as pesquisas se direcionem para as necessidades da sociedade em geral e da família agricultora em particular, a curto e longo prazo.

A efetivação da agroecologia enquanto realidade produtiva é possível à medida que a cadeia do mercado esteja sob o controle popular. Assim, o conjunto dos agricultores deveria deter as sementes para que as pudessem difundir livremente; também é necessário conhecimento dos processos naturais a serem replicados no agroecossistema, seja por saber empírico dos agricultores ou por trabalho de técnicos especializados.

Essa rede congrega uma série de entidades parceiras que, em conjunto, agregam formas de trabalho que atuam diretamente com os camponeses. Ela se consolidou nos seminários camponeses que temos realizado. Esses seminários reúnem as entidades parceiras e ali discutimos as dificuldades e os anseios dos agricultores em relação ao ciclo produtivo no modelo agroecológico.

Neste sentido, cabe a Geografia, mais especificamente em uma de suas vertentes - a Geografia Agrária - o papel de promover o resgate do uso das sementes crioulas, bem como a difusão de bancos de sementes voltados a atender às necessidades das famílias camponesas, visto que se trata de assunto de interesse da coletividade e está intimamente ligado à ocupação

e uso do espaço, às relações sociais, econômicas e de classes, à soberania alimentar e outros diversos temas estudados por esta ciência.

Eis aí, a Geografia das lutas no campo...

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, José Carlos; NOSELLA, Maria Lúcia Bertachini. **O desmatamento no Norte do Paraná:** um recorte comparativo de política ambiental. 1998. 108 f. Monografia – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 1998.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável.** São Paulo:Expressão Popular, 2012.

DORFMUND, Luiza Pereira. **Geografia e história do Paraná**. 5 ed. São Paulo: FTD, [1972?].

MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro; MACHADO FILHO, Luiz Carlos Pinheiro. **Dialética da agroecologia:** contribuição para um mundo com alimentos sem veneno.1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

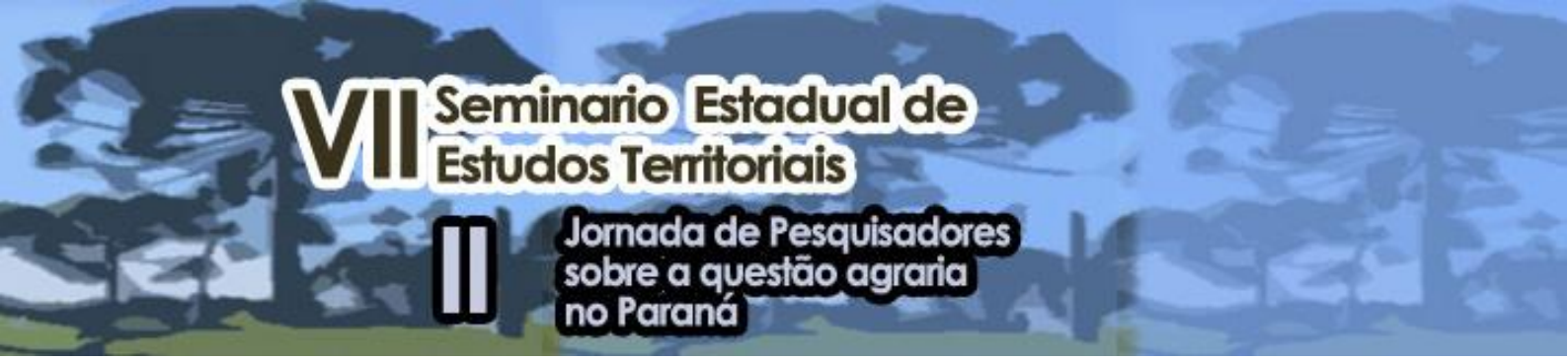
MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **A questão agrária, o MST e o meio ambiente**. Disponível em <http://www3.sul.com.br/mstpr/meioambi.htm>. Acesso em: 9 jan. 2002.

SCHMITT, Cláudia Jobi. Transição agroecológica e desenvolvimento rural: um olhar a partir da experiência brasileira. In SAUER, Sérgio; BALESTRO, Moisés Villamil (Orgs). **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SERRA, Elpídio. **Processos de ocupação e a luta pela terra agrícola no Paraná.** Tese de Doutorado, 1991. 361 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 1991.

TOMAZI, Nelson Dacio. **Norte do Paraná histórias e fantasmagorias.** 1997. 338 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1997.

VAN DER PLOEG, Jan Douwe. **Camponeses e impérios alimentares, lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.


VII Seminario Estadual de Estudos Territoriais
II Jornada de Pesquisadores sobre a questão agraria no Paraná